

Constituinte prepara sua festa

Constituição será promulgada com festividades em todo o País

BRASÍLIA — O dia da promulgação da futura Constituição deverá ser de festa e participação de todo o povo brasileiro e não apenas um ato solene no prédio do Congresso Nacional. "A Constituição será explicada à Nação e, em todo o País, o dia de sua promulgação deverá ser comemorado da maneira mais significativa possível", disse o primeiro secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). Ele está elaborando, a pedido do presidente da assembleia, Ulysses Guimarães, uma campanha publicitária gratuita na televisão e no rádio, e programações nos estados e municípios, a cargo dos governadores e prefeitos. Marcelo Cordeiro programou viagens "a alguns estados, não a todos", para discutir os eventos que promoverão "uma grande participação dos brasileiros na promulgação solene da nova Constituição". A data da promulgação ainda não está definida, mas pelos planos de Ulysses Guimarães será em setembro.

A campanha terá como lema uma frase de Ulysses Guimarães: "A Constituição é a carteira de identidade de um povo". Com ela, segundo Marcelo Cordeiro, "será feito um esforço para envolver toda a sociedade brasileira", desde governos, igrejas, sindicatos, associações a entidades em geral. "A futura Constituição também deve chegar ao povo de uma forma pedagógica, com explicações claras dos seus prin-

cipais pontos e suas principais conquistas", informou Marcelo Cordeiro. "A Constituição precisa ser conhecida e compreendida por todos os brasileiros: ela será melhor se for amada pelo povo, transformada num fetiche", afirmou.

ESFORÇO CONCENTRADO

Somente dois parlamentares da bancada do PMDB na Câmara não participarão do esforço concentrado para as votações que começa na terça-feira: os deputados Antônio Câmara (RN) e Nilso Sguarezi (PR). Eles estarão em missão oficial, representando a Câmara dos Deputados em Buenos Aires, Argentina. Já confirmaram presença 189 deputados — 11 ainda não foram encontrados.

O levantamento da bancada sobre quem estará em Brasília no esforço concentrado que vai consumir, inclusive, o fim de semana (pela primeira vez na votação em segundo turno) foi feito pelo líder do partido na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), a pedido do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Na bancada gaúcha a única dúvida é quanto ao licenciamento do deputado Antônio Brito para dedicar-se inteiramente à campanha à prefeitura de Porto Alegre: ele tem como suplente o secretário de governo Alcides Saldanha ou o vice-prefeito de Novo Hamburgo, Hélio Feltes.

No Senado, da bancada de 35 senadores, 15 já confirmaram que estarão presentes no esforço concentrado, 11 não foram localizados e nove têm problemas, mas deverão responder até terça-feira se poderão estar em Brasília a partir da próxima semana e até a promulgação da futura Constituição.



Jobim e Lins em Brasília: em busca de acordo

PMDB e PFL retomam diálogo

BRASÍLIA — O PMDB e o PFL deverão voltar a caminhar juntos como nos tempos da Aliança Democrática, pelo menos com relação a algumas votações polêmicas da Constituinte. Ontem, o vice-líder do PFL, deputado José Lins, voltou a participar das reuniões das lideranças, mas sem negociar oficialmente por seu partido. Para que isso ocorra, o PFL faz questão de fechar acordos com o PMDB, por entender que dificilmente poderá negociar com os partidos de esquerda. O PFL e o PMDB conseguem os votos suficientes para aprovar ou rejeitar os itens que desejam.

"O ideal é sempre o acordo

global. Como há muitos pontos sobre os quais a unanimidade é impossível, um acordo neste sentido é bem provável", disse José Lins. Por essa razão, ele tem-se reunido apenas com o líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, e com o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Na quinta-feira, José Lins e José Lourenço começaram os entendimentos com os líderes do PMDB. Ontem, Lins e Nelson Jobim voltaram a conversar. O acordo poderá ser fechado na reunião de segunda-feira à tarde. "Estamos caminhando muito bem", garante o deputado Nelson Jobim.

EXIGÊNCIAS

Todos os artigos sobre aposentadoria e seguridade social estão sendo considerados pelo PFL como excessivamente liberais e onerosos para os contribuintes da Previdência Social. O partido deseja ainda suprimir o artigo que transfere 20% de qualquer arrecadação nova de impostos para os municípios, e o que cria um imposto municipal sobre a venda a varejo de combustíveis. Seu argumento é de que, com as mudanças tributárias, a União está sobrecarregada e os municípios já ganharam novos tributos suficientes.

Também são pontos importantes para o PFL a supressão do privilégio de vendas de produtos e serviço para o Estado somente para empresas de capital nacional e a proibição de comercialização do sangue e seus derivados. Há outras questões que José Lins considera menores, mas serão colocadas: a votação em dois turnos para Estados e municípios e a criação de um dispositivo que permita a posse do senador Alexandre Costa (PFL-MA) no governo do Distrito Federal. De todos esses pontos, o único em que o acordo com o PMDB dificilmente será efetivado diz respeito à aposentadoria e seguridade social.